



ALEPI
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO PIAUÍ

GABINETE DA DEPUTADA GRACINHA MÃO SANTA

REQUERIMENTO Nº 173, DE ____ DE _____ DE 2025

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ

EMENTA:	<p>REQUER que seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Piauí, ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Administração e Secretário-Geral da MRAE, a Diretora-Geral da AGRESPI, ao Presidente da AGESPISA e ao Senhor GUILHERME DIAS, Diretor-Presidente da empresa Águas do Piauí, solicitando PROVIDÊNCIAS URGENTES para a manutenção dos equipamentos da Empresa para o fornecimento de água em quantidade e qualidade suficientes para a população parnaibana. <u>Reiteramos aqui que no mês de março do corrente ano todos os bairros da cidade de Parnaíba foram afetados, por mais de duas semanas, com constantes faltas de água, existindo bairros que ficaram sem o serviço por mais de cinco dias consecutivos. As faltas de água continuaram no mês de abril, ficando a cidade sem água nos fins de semana e sem nenhuma resposta dos gestores da AGESPISA e da Águas do Piauí sobre a solução dos problemas. Nesta data, o Bairro João XXII conta com mais de 10 dias sem água nas torneiras.</u> A população parnaibana pede socorro e aguarda uma solução definitiva que assegure o fornecimento regular de água, um direito básico essencial para a qualidade de vida e a saúde de todos.</p>
----------------	---

DEP. GRACINHA MÃO SANTA, com assento nesta Casa Legislativa, **REQUER**, na forma do Regimento Interno, que depois de ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Piauí, ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Administração e Secretário-Geral da MRAE, a Diretora-Geral da AGRESPI, ao Presidente da AGESPISA e ao Senhor GUILHERME DIAS, Diretor-Presidente da empresa Águas do Piauí, solicitando **PROVIDÊNCIAS URGENTES** para a manutenção dos equipamentos da Empresa para o



ALEPI
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO PIAUÍ

GABINETE DA DEPUTADA GRACINHA MÃO SANTA

fornecimento de água em quantidade e qualidade suficientes para a população parnaibana. Reiteramos aqui que no mês de março do corrente ano todos os bairros da cidade de Parnaíba foram afetados, por mais de duas semanas, com constantes faltas de água, existindo bairros que ficaram sem o serviço por mais de cinco dias consecutivos. As faltas de água continuaram no mês de abril, ficando a cidade sem água nos fins de semana e sem nenhuma resposta dos gestores da AGESPISA e da Águas do Piauí sobre a solução dos problemas. Nesta data, o Bairro João XXII conta com mais de 10 dias sem água nas torneiras. A população parnaibana pede socorro e aguarda uma solução definitiva que assegure o fornecimento regular de água, um direito básico essencial para a qualidade de vida e a saúde de todos.

Considerando que o problema do abastecimento de água em Parnaíba é antigo e permanece sem solução definitiva, mesmo com o processo de privatização que está em curso.

Considerando que a insatisfação da população não é recente e se arrasta há anos, com constantes reclamações sobre a precariedade do serviço. Além do mais, a população da cidade reclama pela falta de transparência e de esclarecimentos adequados sobre o grave problema que enfrena há anos sem que os responsáveis assegurem uma solução definitiva. Famílias são obrigadas a se deslocarem até o Rio Parnaíba ou ao Rio Igarapu para poderem fazer o asseio pessoal tendo em vista que durante todo o fim de semana não há água nas torneiras da cidade de Parnaíba.

Considerando que estamos passando por turbulências administrativas com o processo de transição entre AGESPISA e Águas do Piauí, pois nenhuma empresa se considera responsável pela falta de água, empurrando para a outra a responsabilidade. Senhor Governador, a falta de transparência causa danos irreparáveis ao erário público e principalmente à saúde pública, viola o princípio de dignidade humana e impede o desenvolvimento dos municípios, tornando as cidades mais pobres.

Considerando que também é imprescindível a conclusão dos sistemas de tratamento de esgoto das cidades da região, pois é infraestrutura necessária ao turismo, por preservar a saúde repercutindo diretamente na dignidade humana e na vida das pessoas. Portanto, a negligência com o tratamento e destino adequado do esgoto sanitário é um problema que ultrapassa as fronteiras da saúde pública. Trata-se de uma questão ambiental, social e econômica que exige atenção prioritária dos gestores



ALEPI
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO PIAUÍ

GABINETE DA DEPUTADA GRACINHA MÃO SANTA

públicos, especialmente em cidades que dependem do turismo e da preservação de seus recursos naturais como fontes de desenvolvimento.

Considerando que mesmo em processo de concessão, a fiscalização para a boa execução dos serviços ainda cabe ao órgão concedente, que é o Governo do Estado, através da Microrregião de Água e Esgoto do Estado do Piauí – MRAE. Além do mais, a legislação que criou a MRAE previu a ação da Agência Reguladora dos Serviços Delegados do Estado do Piauí – AGRESPI no sentido da fiscalização e aplicação das penalidades à concessionária dos serviços de água e esgotamento sanitário no Estado do Piauí.

Solicitamos dos órgãos de fiscalização atuação incessante para apurar as responsabilidades e punir as empresas concessionárias pela falta de prestação do serviço essencial que é o fornecimento de água. Também cobramos que sejam transparentes as ações das empresas AGESPISA e Águas do Piauí no sentido de realizar as manutenções dos equipamentos com urgência e informar à população os motivos das constantes faltas de água na cidade e na Planície Litorânea.

PALÁCIO PETRÔNIO PORTELLA, em Teresina (PI), 05 de maio de 2025.



DEP. GRACINHA MÃO SANTA
PARTIDO PROGRESSISTAS